

METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS PARA ESTUDOS EM ASSENTAMENTOS RURAIS: NOTAS DE ALGUMAS EXPERIÊNCIAS EM MINAS GERAIS¹

PARTICIPATORY METHODOLOGIES FOR STUDIES IN RURAL SETTLEMENTS: NOTES FROM SOME EXPERIENCES IN THE MINAS GERAIS

Junia Marise Matos de Sousa²
Lucas Magno³

1. RESUMO

O objetivo do trabalho foi apresentar algumas experiências metodológicas para estudos em assentamentos rurais aplicadas em Minas Gerais, neste contexto o assentamento estudado foi do município de Buritizeiro, região Norte do Estado de Minas Gerais, tomando como referências as metodologias qualitativas e participativas. As experiências apresentadas revelaram a pertinência entre os objetivos e os resultados alcançados, o que as conferiu validade em sua utilização e/ou adaptação por outros pesquisadores. Embora essas tenham sido sintetizadas de modo a obter uma visão geral das possibilidades de pesquisa participativa, espera-se que sejam consistentes ao demonstrarem que são alternativas importantes e adequadas para os estudos em assentamentos.

Palavras-chave: Assentamentos rurais. Metodologias participativas. Território.

¹ Este artigo é parte das publicações relacionadas ao projeto de pesquisa e interface com a extensão-intitulado: “Conflitos socioambientais no Assentamento São Francisco, Buritizeiro/MG: as metamorfoses dos usos dos espaços”, financiada pela FAPEMIG, realizado nos anos de 2011 e 2012.

² Doutora em Geografia e Professora adjunta do Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil. E-mail: juma3870@gmail.com

³ Doutorando em Geografia na Universidade Federal de Santa Catarina e Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais/Campus Muriaé, MG, Brasil. E-mail: lucasgeoufv@gmail.com

2. ABSTRACT

The objective is to present some methodological experiments for studies on rural settlements developed in Minas Gerais, in this context the settlement was studied in the city of Buritizeiro, northern Minas Gerais state, taking as reference the qualitative and participatory methodologies. The experiences presented showed the relevance of the proposed objectives and achieved results, which gave the validity in their use and/or adapted by other researchers. Although these have been synthesized in order to obtain an overview of participatory research possibilities, it is expected to be consistent to demonstrate that they are important and appropriate alternatives for studies in settlements.

Keywords: Rural settlements. Participatory methodologies. Territory.

3. INTRODUÇÃO

A análise da formação do espaço rural brasileiro revela o processo de distribuição desigual de terras e traz à tona a origem dos latifúndios e das pequenas propriedades, bem como dos diversos conflitos agrários que envolvem a luta organizada dos movimentos sociais do campo em busca de direitos.

O acesso à terra via reforma agrária se materializa com os assentamentos rurais, produto de um (re)ordenamento territorial do campo brasileiro, e representa o início de uma nova caminhada rumo à sobrevivência, para milhares de camponeses, pois, nem sempre, o acesso à terra representa a conquista da vida digna com qualidade.

É por isso que após a construção do Projeto de Assentamento Rural (PA) se desdobram outras etapas de negociações dos assentados com o Estado por crédito, assistência técnica, infraestrutura, saúde, educação, etc., ou seja, iniciam-se novas frentes de lutas por condições mínimas que lhes garantam trabalho e moradia adequados. Por conta disso, os assentamentos rurais são entendidos por Leite et. al. (2004) como um “ponto de chegada” a uma base material, o território, e, ao mesmo tempo, um “ponto de partida” para novas demandas e transformações sociais que interferem no uso e organização dos PA’s e que são fundamentais para o sucesso desses projetos e, de maneira geral, para a consolidação de uma política de reforma agrária brasileira.

Nesse contexto, que se divide em duas temporalidades: o antes e o depois do assentamento é que a reforma agrária tem sido objeto de estudo nos últimos anos e que se concretiza a partir de pesquisas em assentamentos no Norte do Estado de Minas Gerais.

Nessa caminhada que apenas iniciamos, percebemos que a temática escolhida é instigante para a pesquisa, controversa para a sua compreensão, mas, sobretudo, de extrema riqueza enquanto compromisso social do pesquisador, que embora não proponha as soluções diretas para o problema histórico da questão agrária brasileira, aponta novos olhares que podem permitir redirecionamentos de políticas públicas.

E é com essa perspectiva que se pretendeu discutir neste trabalho as metodologias participativas para os estudos em assentamentos rurais, em que pretendemos apontar elementos teóricos e conceituais que subsidiam as nossas discussões, vivências e experiências de pesquisa, de modo a contribuir para a reflexão de outros mediadores sociais que se dedicam a trabalhar em assentamentos, sobretudo para aqueles que iniciam nesse vasto e rico campo de investigação.

Assim, inicialmente, apresentamos uma perspectiva teórica e conceitual para a compreensão dos assentamentos rurais, que se baseou na categoria geográfica “território”, de modo a compreendê-los no seu processo organizacional e reorganizacional, permeados de disputa e contradições.

Para além do território, propõem-se algumas reflexões pautadas na sociologia para a compreensão da realidade das famílias assentadas, destacando a necessidade de estratégias metodológicas que sejam mais adequadas à interação com estas para, por fim, apresentar algumas experiências concretas com metodologias qualitativas de pesquisa, especificamente com as participativas, em assentamentos rurais.

Destacamos que a pretensão deste trabalho não foi apresentar receitas metodológicas prontas, acabadas. Antes, nossa intenção foi apresentar experiências que ainda estão sendo construídas e as reflexões a que eles nos conduziram. Claro que as técnicas metodológicas podem ser reproduzidas em outros contextos, porém é importante resguardar as devidas especificidades e realizar adaptações nas propostas de acordo com a realidade que se pretende intervir.

4. OUTRO OLHAR SOBRE OS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

Numa perspectiva histórica, o termo “assentamento” apareceu pela primeira vez, no vocabulário jurídico e sociológico, no contexto da reforma agrária venezuelana, em 1960, difundindo-se posteriormente para outros países, inclusive para o Brasil. De acordo com Bergamasco e Norder (1996), de forma genérica os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais, visando ao reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra. Entretanto, vale ressaltar que, diante de análises anteriores sobre a luta pela terra e reforma agrária, considera-se que os assentamentos rurais têm sido implantados no Brasil não na perspectiva do discurso pelo qual foi criado (reordenamento, desenvolvimento rural, alteração da estrutura fundiária), mas mais como medidas pontuais para a solução de conflitos e de tensões no campo.

Medeiros e Leite (2004) ressaltaram ainda que o termo “assentamento rural”, criado no âmbito das políticas públicas para nomear determinado tipo de intervenção fundiária, unifica e, muitas vezes, encobre extensa gama de ações, como: compra de terras, desapropriação de imóveis rurais ou, mesmo, utilização de terras públicas.

Diante desse cenário, a complexidade socioespacial dos assentamentos revela a necessidade de compreendê-los numa perspectiva crítica.

Inicialmente, pensar em assentamentos com o “olhar geográfico” é pensar em territórios. Territórios que representam as lutas e as (re)existências de várias comunidades rurais, sejam elas de posseiros, de arrendatários ou, ainda, de trabalhadores com ou sem terras, como nos mostraram Medeiros e Leite (2004). Assim, pensar os assentamentos como território conquistado implica pensá-los como únicos e com práticas sociais específicas, mas que contêm em si relações com a totalidade do espaço geográfico, isto é, eles não são desconexos do todo, mas as suas conexões se dão entre uma realidade particular (um território) e o todo no qual se insere (o espaço geográfico).

Assim, os assentamentos expressos como territórios traduzem a ideia de que eles são um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder. Ao definir e diferenciar espaço e território, Raffestin (1993, p. 144) afirmou que:

O espaço é, portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é de certa forma, 'dado' como se fosse uma matéria prima. Preexistente a qualquer ação. 'Local' de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não o é espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, e essa produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder.

Diante do exposto, também são pertinentes as considerações de Haesbaert (2004), que no enfoque de território incorporou três vertentes básicas: a (a) Jurídico-política, que vê o território como espaço delimitado sobre o qual se exerce determinado poder; a (b) Econômica, que enfatiza a perspectiva material, como produto especial do embate entre as classes sociais e da relação capital-trabalho; e a (c) Cultural, que prioriza a dimensão simbólica, sendo o território visto como produto da apropriação, por meio do imaginário e/ou da identidade social sobre o e com o espaço.

Se, por um lado, o processo de luta (ocupação, manifestações, pressões nos órgãos públicos, etc.) é compreendido como a conquista de um território, pode-se dizer que ele estabelece a territorialização da reforma agrária no espaço rural brasileiro - aqui compreendida como o processo de reorganização e criação de territórios. No entanto, pressupõe-se também que no momento que essa territorialização não atende aos domínios objetivos e subjetivos da vida, isto é, às perspectivas ideais e simbólicas do território, tem-se início, então, um processo contrário, qual seja: o de desterritorialização - quando o território apropriado não atende às necessidades dos assentados e os forçam a abandonar, mais uma vez, a terra.

Nesse sentido, pode-se entender que o acesso à terra por si só não representa toda a condição necessária para a reorganização do espaço e da população rural, de forma a garantir a sobrevivência digna dos envolvidos com a reforma agrária. Outros elementos não de ser igualmente conquistados nesse processo, como as condições necessárias para a produção e reprodução social e para o desenvolvimento rural. No momento que esses elementos não estão disponíveis e articulados, começa o processo de desterritorialização dos assentamentos, pois o território conquistado já não é suficiente para proporcionar a qualidade de vida almejada pelos assentados.

Entende-se aqui o processo de desterritorialização em uma das vertentes apresentadas por Haesbaert (2007), como precarização das condições socioespaciais, mesmo que na (i)mobilidade, ou seja, os assentados, apesar de terem a posse da terra, se veem destituídos das condições necessárias para a produção e reprodução social. Para Haesbaert (2004), a desterritorialização é fruto do enfraquecimento do controle exercido sobre o território, que resulta na mobilidade de pessoas, bens materiais, capitais ou informações. Pode-se, então, compreender, a partir desse conceito, o fenômeno de abandono dos lotes por parte de alguns assentados que vão, novamente, à luta por melhores condições de vida em outros lugares.

Portanto, pensar em assentamentos como territórios é entender que eles estão imersos em um processo que envolve etapas de des-re-territorialização.

No primeiro momento, os assentamentos, que representam a materialização das lutas que se iniciam nos acampamentos, são a efetivação da conquista da terra e que é considerada como territorialização. Para Haesbaert (2004, p. 96,):

[...] territorializar-se significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo poder sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns também como indivíduos), poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de “dominação” e “apropriação” ao mesmo tempo.

No segundo momento, quando as condições necessárias para a reprodução social no novo território podem não ser satisfatórias (afinal, terra não é tudo), pode-se ter início um processo de desterritorialização na (i)mobilidade, que é a perda do poder sobre o território e enfraquecimento dos sujeitos.

Em um terceiro momento ainda, quando os sujeitos se iniciam novas lutas que agora se direcionam não mais para o acesso, mas para as condições de permanência na terra e, até mesmo, para sua inserção em outro contexto de luta para garantir a sua sobrevivência, pode ocorrer a reterritorialização. E, assim, o processo de des-re-territorialização é contínuo e dinâmico na realidade dos assentamentos rurais Brasil afora. De acordo com Haesbaert, esse processo não deve ser analisado de forma desvinculada e:

[...] deve ser aplicado a fenômenos de efetiva instabilidade ou fragilização territorial, principalmente entre grupos socialmente mais excluídos e, ou, profundamente segregados e, como tal, de fato impossibilitando de construir e exercer efetivo controle sobre seus territórios, seja no sentido de dominação político-econômica, seja no sentido de apropriação simbólico-cultural (HAESBAERT, 2004, p. 312).

Assim, a concepção apresentada de assentamentos como territórios é alternativa de interpretação desse espaço construído socialmente e que envolve a compreensão dos PA's dentro de um contexto histórico, econômico e político da questão agrária brasileira⁴.

Nesse contexto, o olhar pretendido sobre os assentamentos enquanto territórios de disputa, de lutas e de conflito refletem as orientações para a compreensão das metodologias que sejam adequadas para apreendê-los como algo mais complexo, que envolve diversos atores sociais, a exemplo da presença marcante do Estado, ainda que, muitas vezes, ele efetivamente não se faça presente nessa política pública.

Nessa perspectiva, a proposição que se apresenta para estudar os assentamentos, considera que a sua realidade é complexa, singular e dependente do Estado⁵, que apresenta configurações e organizações diferenciadas, sejam elas territoriais, sejam sociais. Assim, ao estudar um assentamento de reforma agrária, parte-se do princípio de que cada um deles é único, sempre, por mais que sejam formatados num padrão de modelagem em termos de políticas públicas. E o processo de des-re-territorialização se faz com um objetivo único: alcançar a qualidade de vida almejada pelas famílias assentadas.

Esse processo não é estanque nem linear, mas totalmente dinâmico, demonstrando que a qualidade de vida almejada pelas famílias assentadas é diferenciada em cada um dos momentos do processo descrito, em cada um dos assentamentos, e, por isso mesmo, não se percebe possibilidade metodológica capaz de descortinar essa realidade em todos os assentamentos, como se fosse uma bula de remédio, tendo em vista suas singularidades. Mas é possível refletir sobre aproximações metodológicas que permitam maior proximidade da realidade observada, para a qual se propõem as metodologias qualitativas, com ênfase naquelas participativas⁶.

⁴ Sobre a discussão da questão agrária brasileira, sugere-se a leitura de Prado Júnior (1987) e Guimarães (1981). Sobre os movimentos sociais no campo e a luta pela terra, ver Oliveira (2005) e Medeiros (2003).

⁵ Concorde-se com as proposições de Caume (2006), que argumentou que os assentamentos são espaços modelares que surgem como forma de amenizar ou atenuar os conflitos por terra e é também uma forma de manter o poder e domínio do Estado, uma vez que a partir da realidade de assentada, as famílias passam a depender das demais políticas públicas relacionadas a reforma agrária, para além do acesso a terra.

⁶ Compreendem-se metodologias participativas numa abordagem qualitativa de pesquisa, na qual a qualificação e compreensão dos fenômenos, expressos a partir dos seus envolvidos e contextualizado nas experiências vividas, são mais relevantes do que quantificar ou identificar a existência do mesmo.

5. AS FAMÍLIAS ASSENTADAS: ELEMENTOS PARA A COMPREENSÃO DO ASSENTAMENTO A PARTIR DO OLHAR “DO OUTRO”

Inicialmente, um olhar sobre os assentamentos, na perspectiva geográfica, revelou que são territórios, com configurações próprias e elementos diversos que devem ser incorporados nos estudos da qualidade de vida. Entretanto, o mesmo olhar amplia-se ao compreender que os assentamentos são formados por famílias, muitas delas herdeiras do descaso com o mundo rural no processo de modernização da agricultura brasileira, os “sem-sem” (sem terras, sem renda, sem famílias, sem saber, etc.), conforme argumentou Martins (2001), que foram empurrados para as cidades, marginalizados e que posteriormente retornam como movimentos sociais de luta pela terra. Entretanto, a mídia apresenta essa luta e as ações dos movimentos sociais organizados (formado pelos “sem-sem” de toda ordem), dando ênfase aos aspectos relevantes daqueles que desejam a permanência e crescimento do latifúndio. Ou seja, raramente se verificam notícias ou documentários que retratam a realidade das famílias que lutam pela terra, debaixo da lona preta e às margens das rodovias; as mortes e massacres de militantes da luta, restringindo-se, na maioria das vezes, a destacar as ocupações de terra e espaços públicos como estratégia de luta e pressão, num país em que a reforma agrária ainda funciona para resolver conflitos e tensões mais emergenciais.

Por tudo isso, aliado à ignorância sobre os aspectos legais que definem os beneficiários da reforma agrária, os assentados são vistos por muitos como ameaças. Portanto, para além do senso comum e do que é apresentado pela mídia, é necessário conhecer esse “outro” a quem chamamos de assentado.

Para refletir sobre essa questão, concorda-se com os argumentos propostos por Whitaker (2002, p. 23), ao discutir o método e as possibilidades de compreender o outro, aqui o assentado, que “tanto pode significar o homem rural como qualquer outro ser humano pertencente a culturas não produtoras do tipo de tecnologia baseado no conhecimento ocidental”, ou seja, aquela percepção que muitas vezes é apresentada do “ser assentado”, desconsidera elementos importantes para a sua compreensão. Assim, a reflexão feita por Whitaker (2002) convida-nos a (re)pensar esse olhar para “o outro” a partir de elementos que promovam a desconstrução de vários preconceitos.

Nesse sentido, para estudar assentamentos é necessário compreender o sujeito que nele se insere, historicamente, de modo preconceituoso, até mesmo estratégico no sentido de criar obstáculos para a compreensão adequada do seu modo de ser, tendo como exemplos: o outro não sabe; o outro não tem perspectiva; o outro é exótico no pior sentido da palavra. Partindo desses exemplos de preconceitos no olhar o outro, propõe-se reconstruir a reflexão da realidade das famílias assentadas, que possam corroborar os estudos sobre a sua qualidade de vida.

Ao estudar assentamentos, não se pode supor, em hipótese alguma, que o assentado não sabe quais são as suas necessidades, fazer a leitura da sua realidade e apontar os problemas enfrentados, bem como as suas causas e consequências, questões essas que esclarecem acerca da qualidade de vida atual e da almejada. Imaginar erroneamente, que, “para aqueles que nada tiveram qualquer coisa serve”, é reduzir o olhar para o outro a um mero coadjuvante em um cenário e não o ator principal.

Fazer o caminho oposto, isto é, partindo da realidade apresentada por aqueles que a vivenciam, a compreendem e são capazes de representá-la, significa pensar que a construção da ideia e do ideal de qualidade de vida a eles competem, sendo o pesquisador intérprete dessa realidade. Avaliar a qualidade de vida em assentamentos, com base em parâmetros diferentes daqueles preconizados e validados técnica e cientificamente, supondo que estes não sabem e que nós, os cientistas, somos capazes de diagnosticar e propor soluções para a melhoria da sua qualidade de vida pode ser um grande equívoco.

Outro elemento importante a ser considerado se refere às perspectivas que são apresentadas pelas famílias assentadas sobre as diversas questões e dimensões que envolvem o assentamento. Dessa forma, não há como pensar que, conforme Whitaker (2002, p. 23), “nós somos os iluminados que precisamos ir lá e despertá-los para a mudança e o progresso, do qual somos nós os portadores e porta-vozes”. A perspectiva de qualidade de vida das famílias assentadas existe para além das sensibilizações que são promovidas no sentido de levar até elas o progresso, tecnologias e inovações. Cabe ao pesquisador ser capaz de conhecer e compreender essas questões, de forma a contribuir para o processo de mediação da construção coletiva e não de propor soluções para aqueles que não têm perspectivas e para os quais “qualquer coisa serve”.

Olhar o outro como exótico no sentido limitado da palavra, referindo-se ao assentado como aquele que “quer viver daquele jeito”, da mesma forma é ingênuo. As mudanças que sejam favoráveis à melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas serão sempre reconhecidas e até mesmo aprovadas e incorporadas na realidade do assentamento, desde que sejam realmente compatíveis com o respeito aos valores culturais, aos saberes locais, limites e potencialidades e ao tempo de cada um. Qual o motivo para justificar que o outro não quer uma vida melhor? Que uma família assentada não quer mudar de vida para melhor?

Nessa perspectiva, o estudo em assentamentos supõe quebrar preconceitos e vencer barreiras, tanto na forma de olhar o outro, percebê-lo, compreendê-lo, quanto quebrar as barreiras da ciência positivista e quantitativista.

6. PESQUISA QUALITATIVA EM ASSENTAMENTOS: ALGUNS APONTAMENTOS

O olhar para os assentamentos enquanto territórios e a percepção das famílias assentadas como conhecedoras da sua realidade e da qualidade de vida almejada implicam criar estratégias que sejam capazes de captar, com a maior proximidade possível, essa realidade. Parte-se do pressuposto de que toda construção do conhecimento é válida e possui as suas contribuições e que, por sua vez, é objeto de novas pesquisas. Entretanto, na pesquisa e no processo de construção do conhecimento, é impossível captar a realidade totalmente, de modo que, na condição de pesquisadores da área das Ciências Humanas e Agrárias, buscamos uma aproximação cada vez maior dessa realidade complexa que é o assentamento.

Com base na literatura (CHIZOTTI, 2005; MINAYO, 2009; HAGUETTE, 1992) que discute a pesquisa social, na qual se propõe captar a realidade com os sujeitos históricos que são construídos em diferentes “lugares” (na acepção geográfica do termo), que possuem consciência histórica e fazem representações diferenciadas das realidades vivenciadas, argumenta-se que o estudo em assentamentos aponta para a construção de métodos e metodologias capazes de compreendê-lo, para o qual se propõe a abordagem qualitativa de pesquisa, tendo como ponto de partida a perspectiva

fenomenológica e a utilização de estratégias metodológicas pautadas na participação e construção coletiva das ideias (metodologias participativas).

Conforme Coelho (2006), a concepção participativa de metodologias enquanto estratégia de pesquisa tem por objetivo superar os impasses das intervenções formais, envolvendo a problematização das decisões, a partilha de horizontes no processo de produção de verdades e a interação cultural. Nesse processo de encontro entre academia e comunidade, o conhecimento científico passa pelo crivo do mundo da vida.

Argumentamos que os fenômenos sociais do mundo rural, a exemplo do que se propõe (qualidade de vida em assentamentos), exigem metodologias não apenas quantitativas, mas, sobretudo, qualitativas.

É nesse sentido que a pesquisa qualitativa é um diferencial, pois não busca enumerar ou medir eventos e, geralmente, não emprega instrumental estatístico para a análise dos dados. Seu foco de interesse é amplo e procura entender os fenômenos segundo os participantes da situação e, a partir daí, interpretá-los.

Entretanto, as ressalvas devem ser feitas quando do contato direto do pesquisador com o meio pesquisado, que por si apenas não garante resultados. Mais do que instrumentos adequados, são necessários o senso crítico e o compromisso do pesquisador, bem como atenção adequada aos aspectos éticos da pesquisa.

Assim, propõe-se que os estudos em assentamentos não devem ser restritos aos números, que muitas vezes são veiculados enquanto medidores do sucesso ou insucesso de reforma agrária, com base em metodologias “frias”, pautadas em indicadores padronizados, que não refletem as realidades distintas a que são aplicados. Pessoas são mais que números. Compreender essa realidade significa ir além deles.

Estudos realizados por Sousa (2009; 2010) em assentamentos de reforma agrária, nos Estados de Sergipe e Minas Gerais, respectivamente, puderam comprovar a adequação de estratégias metodológicas participativas, denominadas “Oficinas Diagnósticas”, em que são construídas alternativas de pesquisa de acordo com a realidade, tendo em vista o público envolvido, sua escolaridade, saberes, necessidade de motivação para as falas, entre outros. Os resultados revelam que essa pode ser a alternativa adequada para os estudos em assentamentos. Apesar do investimento em recursos humanos e materiais requeridos (a exemplo de treinamento de equipe, tempo,

recursos materiais e infraestrutura), essas alternativas são as que permitem maior aproximação da realidade pesquisada.

Embora seja dada ênfase à abordagem qualitativa de pesquisa, destaca-se a necessidade de, em alguns momentos, fazer análises quantitativas que possam dar suporte para a análise dos dados qualitativos. Essa triangulação de dados (quantitativos e qualitativos) enquanto estratégia de maior compreensão dos fenômenos é proposta por autoras como Minayo (2009) e Weber (2009). Isto não significa, e é importante frisar que a perspectiva da análise deixe de ser qualitativa.

Portanto, a combinação dos dados quantitativos e qualitativos se apresenta como adequada aos estudos em assentamentos, embora nesse momento a nossa proposta seja discutir as estratégias qualitativas.

7. PESQUISA QUALITATIVA EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: REFLETINDO SOBRE ALGUMAS EXPERIÊNCIAS⁷

As experiências apresentadas a seguir foram vivenciadas pelos autores deste artigo em assentamentos de reforma agrária.

Na região Norte de Minas Gerais, a utilização dessas metodologias se fez em quatro pesquisas (pós-doutorado, mestrado, extensão em interface com a pesquisa e também em uma pesquisa de iniciação científica), sendo o Assentamento São Francisco, no município de Buritizeiro, MG, o local da sua realização.

A escolha desse assentamento se deve à realidade conflituosa relacionada ao uso do espaço especificamente com relação ao uso dos recursos naturais (veredas). No assentamento já havia outros estudos em questão, tornando-se um campo fértil de pesquisa e extensão com o uso das ferramentas participativas e todas essas estratégias metodológicas são caracterizadas como abordagens qualitativas de pesquisa, com base nos elementos teóricos e conceituais já discutidos e ferramentas do Diagnóstico Rural Participativo⁸ (DRP), adaptadas à realidade de pesquisa. Os encontros coletivos com as

⁷ Algumas das propostas metodológicas apresentadas neste texto, entre outras, podem ser encontradas em Coelho (2005).

⁸ Os Diagnósticos Participativos são compreendidos aqui como alternativa para a construção partilhada do conhecimento, na qual ocorre a participação dos assentados no processo de construção da realidade e

famílias, nas quais foram utilizadas essas metodologias, foram caracterizados como “Oficinas Diagnósticas”.

Para a apresentação das experiências, buscamos organizá-las de modo a destacar o objetivo específico para o qual elas foram utilizadas, os participantes, a modalidade (individual ou coletiva), a metodológica adotada e os recursos audiovisuais a serem utilizados, bem como os resultados esperados e as possibilidades de análise dos dados.

Destaca-se que todas essas estratégias são adaptadas para a realidade das famílias envolvidas, em sua maioria de baixa escolaridade e dificuldade de expressar por escrito as suas percepções. A sensibilização e a motivação para que possam se expressar devem ter destaque em todas elas, de modo que a figura do mediador representa papel relevante na orientação e acompanhamento das discussões em grupos. Da mesma forma, todos os registros são fundamentais, em todos os momentos, desde o registro fotográfico e audiovisual ao escrito (diário de campo). Destaca-se também a necessidade de conhecer anteriormente a comunidade e suas lideranças, sensibilizando e mobilizando os assentados a colaborarem com a pesquisa, explicitando os seus objetivos e formas de utilização dos dados. É imprescindível que o Termo de Esclarecimento Livre Consentido⁹ seja preenchido em duas vias, sendo uma disponibilizada para o participante do estudo. Convém ressaltar que todas as pesquisas desenvolvidas, sobre as quais tecemos comentários, foram considerados os aspectos éticos, tendo em vista que cada participante teve acesso orientado e assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

identificação dos limites e potencialidades, bem como as alternativas de superação desses limites para alcance dos propósitos almejados. O enfoque participativo é recíproco entre pesquisador e assentados, na perspectiva da dialogicidade. Embora existam várias modalidades de Diagnósticos Participativos, a exemplo do Diagnóstico Rural Participativo, Diagnóstico Rural Participativo Emancipador, para a proposta de pesquisa apresentada, buscou-se priorizar duas questões importantes: a construção participativa do conhecimento e o uso adequado do tempo, o que caracterizou as Oficinas realizadas. A este respeito, ver Pereira (2001), Coelho (2005) e Verdejo (2006).

⁹ O Termo de Esclarecimento Livre e Consentido é um documento que garante ao entrevistado ou participante das Oficinas Diagnóstica de que se trata de uma pesquisa científica, cujos objetivos são explicitados, bem como a utilização das informações a serem obtidas. Garante ainda a preservação da identidade dos informantes quanto às informações prestadas, bem como o direito de interrompê-la quando quiser. Esse é apenas um dos aspectos éticos da pesquisa a serem observados pelo pesquisador. Destaca-se ainda a importância de se submeter ao Comitê de Ética da instituição do qual faz parte, toda pesquisa que envolve seres humanos. A esse respeito, ver: Guerreiro, *et. al.* **Ética nas pesquisas em Ciências Humanas e Sociais na Saúde**. São Paulo: HUCITEC, 2008, 304 p.

Destaca-se que todo território é sempre alvo de conquista e conflitos, disputa de poder e envolvimento de diversos atores, sendo crucial conhecer as relações de poder existentes, os posicionamentos dos assentamentos e as articulações pre-existentes. Para o pesquisador, esse é um grande desafio, pois, apesar das suas escolhas políticas, para além da suposta neutralidade da ciência, que se inicia nas escolhas e proposição dos seus temas de pesquisa, é necessário estar aberto a estudar os fatos e fenômenos de modo imparcial, para posteriormente refletir em suas análises, com os seus posicionamentos.

Ressalta-se também a importância de verificar, no caso das Oficinas Diagnósticas, o local a ser utilizado no assentamento (geralmente, os Centros Comunitários e, ou, escolas) e a estrutura disponível (cadeira, mesa, energia elétrica, água etc.), bem como a datas e horários mais adequados à comunidade e à duração das Oficinas, de modo a contar com a participação de todos (ou da maior parte). Da mesma forma, verificar os costumes locais, como uma oração ou canto utilizado na comunidade antes de iniciar as atividades. A organização e divisão de tarefas são essenciais, pois é normalmente um trabalho árduo a ser realizado em equipe, com treinamento prévio sobre a construção pretendida.

Para além de utilizar estratégias metodológicas prontas e testadas, é necessário refletir sobre as suas potencialidades e limitações, sua adequação aos propósitos da pesquisa, o que implica, muitas vezes, criar e, ou, adaptar as estratégias. É nesse sentido que são apresentadas, a seguir, algumas estratégias de pesquisa qualitativa em assentamentos, de modo que possam contribuir para a reflexão de outros pesquisadores. É óbvio que a riqueza dos detalhes dessas experiências, tanto na sua realização quanto nos resultados, não caberia no espaço proposto para a discussão, mas buscou-se trazer, de forma sintetizada, os caminhos percorridos pelos pesquisadores, para posteriormente refletir sobre as suas potencialidades e limitações.

7.1. Matriz “o que temos, o que queremos e o que fazer”: conhecendo a realidade do Projeto de Assentamento (PA)

Objetivo: Caracterizar a realidade do PA em termos de limites e potencialidades, de modo a apresentar um panorama do PA na atualidade, com seus limites e

potencialidades; as expectativas para que a qualidade de vida possa ser seja melhor no assentamento e o que é necessário fazer para alcançar a realidade desejada.

Modalidade: Coletivo.

Participantes: As famílias assentadas, incluindo o esposo e, ou, a esposa cadastrados como beneficiários, bem como os seus filhos.

Metodologia: A Oficina Diagnóstica é realizada a partir de uma programação especificamente elaborada para conhecer a realidade e fenômeno da pesquisa a partir da percepção dos seus envolvidos e de forma participativa. A metodologia propõe, inicialmente, a apresentação dos atores sociais, a partir de uma dinâmica que considera a realidade antes e depois da reforma agrária (como eu vivia antes do assentamento e como vive agora). Em seguida, são apresentados os objetivos da oficina e como esta será desenvolvida em cada etapa. Para identificar a realidade atual do PA com relação à qualidade de vida, são identificadas as limitações e potencialidades para o alcance de melhorias na qualidade de vida, bem como as possibilidades de superação. Para a realização desta etapa, as famílias são separadas por grupos (homens, jovens e mulheres), de forma a captar a diversidade de percepções por gênero e ciclo de vida. Os grupos recebem fichas diferenciadas (cada grupo por cor diferente) e pincéis, sendo reservado um tempo para discutir em grupo e escrever os aspectos que se configuram como a realidade atual, na seguinte ordem:

- O que somos?

Aspectos relacionados aos limites e potencialidades do PA para o alcance da qualidade de vida. Como é a vida hoje no PA? Quais são os problemas enfrentados? O que existe de bom e de potencial no PA?

- O que queremos?

Aspectos relacionados à realidade almejada para o PA, com melhor qualidade de vida. O que desejamos que o PA seja?

- O que fazer?

Aspectos relacionados ao que pode ser feito para a solução dos problemas vivenciados no PA, para maximizar as potencialidades e atingir melhor qualidade de vida? Quem deve fazer? Como pode ser feito?

Para a organização dos dados (fichas), é confeccionado um painel de papel (a exemplo do papel pardo), no qual é preenchido, por partes, cada um dos espaços de

discussão (o que temos, o que queremos e o que fazer, nessa sequência). É fundamental incentivar a problematização da realidade em todos os grupos. Após a construção do painel, este é discutido em síntese, junto com os participantes, de modo a validar as ideias apresentadas, fazer considerações e, ou, alterações. Caso seja realizada alguma entrevista com as famílias de forma individual, é importante já avisar e agendar no momento da Oficina.

Recursos audiovisuais: Crachás de identificação, papel-madeira (painel em branco a ser construído), pincel atômico de várias cores, papel em branco (fichas), fita adesiva, gravador, diário de campo, canetas, almofada/tinteiro, lista de presença e Termo de Esclarecimento Livre e Consentido, câmera fotográfica e, ou, filmadora.

Resultados esperados e análise dos dados: A partir desta construção, espera-se obter um painel ilustrativo da realidade do assentamento (o que temos, o que queremos e o que fazer), que será transcrito na íntegra, de modo que os dados sejam submetidos à análise do conteúdo para posterior discussão. É importante destacar por grupos/cores os diferentes grupos (homens, mulheres e jovens), para verificar as variações de percepções e possíveis conflitos de gênero e geração.

7.2. Dinâmica das Fichas: identificando as concepções, prioridades e níveis de satisfação com a qualidade de vida no assentamento

Objetivo: Compreender os indicadores da qualidade de vida na percepção dos assentados, buscando identificar a importância de cada indicador e o nível de satisfação atual com cada um deles. Nesse sentido, foram elaboradas fichas com desenhos ilustrativos e pertinentes à realidade dos assentados, que representam os seguintes indicadores de qualidade de vida, família, vida comunitária, saúde, situação financeira, infraestrutura, segurança, lazer, religiosidade, moradia, trabalho, meio ambiente, educação, redes sociais e políticas públicas. Tais indicadores foram selecionados tendo por base o uso da metodologia em estudos anteriores nos assentamentos em Sergipe (SOUSA, 2009). Sentimos a necessidade de incorporar outros indicadores, pertinentes à realidade das famílias assentadas, a exemplo das redes sociais, políticas públicas e meio ambiente.

Modalidade: Uma entrevista por família.

Participantes: Dessas famílias assentadas, devem ser entrevistados o esposo e, ou, a esposa cadastrados como beneficiários.

Metodologia: Nesta dinâmica, as famílias são convidadas a manusear e analisar as fichas, identificando cada uma delas pelo nome e, ou, pelo desenho ilustrativo. Nesse momento é feita uma reflexão sobre a importância desses indicadores na vida de cada **família**. Em seguida, as famílias atribuem nível de importância de cada indicador, colocando em ordem de prioridade cada “ficha” correspondente aos indicadores. As famílias manifestam seu nível de satisfação com cada um dos indicadores (muito satisfeito, satisfeito, indiferente, insatisfeito e muito insatisfeito). Na proposta é possível identificar as condições reais de cada indicador da qualidade de vida, como também analisar a percepção das famílias assentadas com base no nível de importância que elas atribuem a cada um deles, bem como o seu nível de satisfação, o que proporciona um estudo mais aprofundado e válido da qualidade de vida.

Recursos audiovisuais: Crachá, prancheta, roteiro de entrevista, fichas elaboradas especificamente para o estudo dos indicadores¹⁰.

Resultados esperados e análise dos dados: A partir do roteiro de entrevista, espera-se identificar qual a concepção de qualidade de vida das famílias assentadas. Partindo dessa concepção é que são discutidos os indicadores que a compõe, a sua validade e prioridade, bem como a situação atual da qualidade de vida no assentamento. A análise possui diversas possibilidades, desde a análise do conteúdo até a aplicação de métodos estatísticos para o estudo das prioridades e níveis de satisfação, o que pode ser aprofundado em Sousa et. al. (2010).

7.3. Dinâmica das bolas: identificando as redes sociais do assentamento, sua importância e proximidade/distanciamento

Objetivo: Identificar as redes sociais, a importância atribuída a cada uma delas e a proximidade ou o distanciamento dos atores sociais do PA atualmente.

¹⁰Para captar cada um dos indicadores, no que diz respeito aos aspectos subjetivos da qualidade de vida, foram examinadas a satisfação e a importância de cada domínio (ou indicador) e a sua prioridade para cada família entrevistada, por meio da elaboração de fichas com desenhos que representassem os indicadores de qualidade de vida (saúde, moradia, trabalho, religião e outros), para facilitar as famílias atribuírem a importância de cada indicador e, ainda, o seu nível de satisfação com cada um deles.

Modalidade: Coletivo

Participantes: As famílias assentadas, incluindo o esposo e, ou, a esposa cadastrados como beneficiários, bem como os seus filhos.

Metodologia: Faz-se uso da ferramenta de DRP “Diagrama de Venn” ou “Jogo das Bolas”, de forma a identificar redes e sua relação e proximidade com o PA. As famílias serão convidadas a listar todas redes formais (as instituições, órgãos e similares) e informais (família, amigos, vizinhos) que mantêm relação direta ou indireta com o PA (a exemplo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Associações, Sindicatos Rurais, etc...), sendo todas registradas. Em seguida, as famílias serão convidadas a discutir sobre a relação que mantêm com essas redes sociais, de forma a identificar a proximidade ou a distância delas em relação ao PA. Posteriormente, as famílias fazem uma construção do Diagrama de Venn, em que é mantido um círculo representando o PA ao centro e as demais redes distribuídas ao seu redor, com a seguinte consideração:

- Tamanho dos círculos: corresponde à importância atribuída àquela rede pelos assentados.
- Distância ou proximidade dos círculos com relação ao PA: corresponde à distância ou proximidade da relação estabelecida com o PA atualmente.

Essa construção do diagrama poderá ser representada no chão, a partir de desenhos de giz ou de papel. E todo o processo de construção deverá ser explicado, a exemplo do tipo de relações e os motivos da sua representação em termos de importância e distância/proximidade do PA. Nesse ponto é imprescindível que o mediador incite as discussões e decisões, pois nem sempre há concordâncias do grupo com relação a determinados atores sociais e suas relações de importância e proximidade/distanciamento com o assentamento. Todos os dados devem ser registrados.

Recursos audiovisuais e outros: Câmera fotográfica, gravador digital, papel madeira, fichas de papel, fita adesiva dupla face, pincéis atômicos, crachás, lista de presença.

Resultados esperados e análise dos dados: Espera-se obter um painel que possa ilustrar a realidade das redes sociais do assentamento e de que forma elas são acionadas para auxiliar no processo de melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas. Os

dados são transcritos na íntegra, mas o painel em si reflete a realidade das redes sociais no assentamento.

7.4. História de vida: aprofundando a realidade do assentamento e identificando conflitos

Objetivo: A metodologia foi utilizada devido às especificidades da realidade que nos dispusemos a estudar. Tratando-se de assentamento em que a percepção histórica dos assentados com relação a um conflito ambiental que eles vivenciam, a metodologia foi utilizada com o objetivo de identificar os aspectos relacionados ao indicador ambiental (existência e uso dos recursos naturais, bem como a sua interface com a qualidade de vida das famílias). Especificamente, pretendeu-se verificar a relevância do indicador ambiental para o alcance da qualidade de vida das famílias assentadas e de que forma ele pode ser mensurado. Além desses aspectos, objetivou-se verificar os conflitos ambientais e atores sociais envolvidos nesse processo, com relação ao uso dos recursos naturais.

Modalidade: Uma entrevista por família.

Participantes: Sendo entrevistado nas famílias assentadas, o responsável da família cadastrada no INCRA e, ou, o cônjuge.

Metodologia: Cada uma das famílias é entrevistada, considerando-se o assentado ou a sua esposa. A partir daí, concentra-se no foco dos recursos naturais e em seu uso, resgatados, nessa trajetória até os dias atuais, os conflitos ambientais vivenciados, os atores envolvidos e a situação legal do uso dos lotes. Dessa forma, busca-se identificar as mudanças ocorridas e a percepção delas por parte das famílias. As entrevistas, com foco no roteiro previamente estabelecido, mas com abertura para captar outras informações relevantes da pesquisa, serão gravadas e, posteriormente, transcritas e analisadas. O registro fotográfico também será realizado e, de acordo com a permissão do entrevistado, poderá ser gravado (áudio/vídeo).

Recursos audiovisuais e outros: Roteiro de entrevista, giz de cera, lápis de cor e outros para escrita/desenho (às vezes, os assentados preferem desenhar as situações vivenciadas no PA, de maneira a exemplificar os conflitos e representá-los

espacialmente), Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, prancheta, caneta, câmera fotográfica, gravador digital.

Resultados esperados e análise dos dados: Os relatos das entrevistas podem apontar, a partir da história de vida das famílias assentadas, o processo de organização do espaço ao longo da sua trajetória. As histórias de vida indicam os fatos e momentos importantes do assentamento, que por sua vez podem explicar a origem dos conflitos e a realidade vivenciada no que diz respeito aos usos dos recursos naturais. Além disso, ao relatar a história de vida, esta não se apresenta descolada, mas estreitamente ligada à história do assentamento, da origem aos dias atuais. Essas entrevistas são transcritas e submetidas à análise do conteúdo.

7.5. Árvore dos problemas: identificando os principais problemas vivenciados no assentamento a partir das suas raízes e consequências

Objetivo: Identificar e analisar o principal problema vivenciado pelas famílias assentadas, com a finalidade de estabelecer as causas e as consequências e buscar uma possível solução. É importante frisar que essa dinâmica deve ser feita após a anterior, pois ela explicitará problemas diversos elencados individualmente pelas famílias. Assim, o objetivo maior é colocar os problemas, suas causas e consequências em destaque no grupo, para que este possa debatê-los de modo a elencar as prioridades.

Modalidade: Coletiva.

Participantes: Buscar envolver, além dos assentados, as instituições e mediadores sociais atuantes no PA.

Metodologia: Divide-se o “grupão” em vários grupos menores, respeitando critérios como diversidade de gênero, geração e, caso os mediadores participem, atuação técnica. Cada um receberá um desenho de uma árvore e será orientado a refletir sobre o principal problema do PA, identificar quais são as suas causas e apresentar possíveis consequências. Para tanto, o problema deverá ser colocado no tronco da árvore. Na discussão serão preenchidas as possíveis causas (raízes), e os efeitos (galhos) do problema serão colocados na copa da árvore.

Recursos audiovisuais e outros: Árvore do problema (Figura 1), caneta ou lápis, câmera fotográfica.

Resultados esperados e análise dos dados: A partir da construção da árvore do problema, espera-se que a compreensão do principal problema vivenciado possa ser aprofundada, buscando compreender a sua origem, suas causas e consequências. Dessa forma, o próprio desenho explica o problema. Ao fazê-la de forma coletiva, busca-se trazer uma visão macro do problema, mas também dos subgrupos (quando dividimos os participantes em grupo), o que permite captar as diferentes concepções, sem nenhum constrangimento, o que poderia ocorrer no coletivo. Os desenhos são analisados, e os seus conteúdos são submetidos à análise de conteúdo, buscando-se identificar as repetições/frequências quanto às concepções apresentadas.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências apresentadas revelaram a pertinência entre os objetivos propostos e os resultados alcançados, o que conferiu a elas validade em sua utilização e, ou, adaptação por outros pesquisadores. Embora essas experiências tenham sido sintetizadas de modo a obter uma visão geral das possibilidades de pesquisa participativa, espera-se que sejam consistentes ao demonstrarem que são alternativas importantes e adequadas para os estudos em assentamentos.

Conflitos foram vivenciados e caminhos foram adaptados, mostrando, assim, a necessidade de uma formação adequada do pesquisador, de modo a desvencilhar-se dos entraves para o alcance dos objetivos. Todavia, têm-se, a riqueza dos detalhes e a espontaneidade das famílias assentadas em retratar a sua realidade, bem como a esperança demonstrada de que, por mais que nada houvéssimos prometido a partir da pesquisa, algo de bom poderia acontecer a partir de então. Assim, cada experiência foi marcante para os pesquisadores envolvidos e os seus resultados foram bastante satisfatórios, de modo que não poderia partilhá-los sem a sua grande essência, que é a possibilidade da troca e partilha na construção do conhecimento.

Destaca-se ainda que as estratégias metodológicas adotadas são apenas parte de um processo de pesquisa em assentamento que ainda está em andamento. Apropriar-se dos instrumentos e ferramentas, a exemplo dos diagnósticos participativos, pode ser tarefa menos difícil do que saber fazer bom uso deles. Nesse sentido, saber utilizá-los vai além de seguir roteiros e caminhos estabelecidos, é preciso saber lidar com os

conflitos, com os imprevistos, com as diversas possibilidades de captar a realidade. Apesar de serem extremamente prazerosas em sua realização (envolver-se com essa realidade é uma experiência ímpar para o pesquisador), bem como de grande riqueza em seus resultados; as experiências aqui relatadas exigiram muita dedicação dos pesquisadores, dos pequenos aos grandes detalhes. Em tempos de conhecimento ao acesso de todos, que permite ao pesquisador conectar-se às diversas fontes de conhecimento nos sítios da rede de internet, e verificar experiências de pesquisa já testadas, metodologias já validadas, é preciso destacar que não se trata apenas de instrumentalização e modismo em pesquisar de forma participativa em assentamentos. É necessário o respeito aos aspectos éticos que envolvem a pesquisa e o compromisso que se presume assumir ao iniciar estudos desta natureza em assentamentos, de modo que os usos dessas estratégias sejam feitos a partir de escolhas embasadas na teoria, na ética e no compromisso social do pesquisador.

Por-fim, é importante destacar que, por mais que sejam sensatas as nossas escolhas de pesquisa, o caminho ainda se faz ao caminhar. Cada experiência de pesquisa em assentamentos de reforma agrária representa um novo aprendizado não apenas em fazer pesquisa participativa e alcançar resultados promissores, mas, de fato, em permitir o exercício constante de aprender e apreender, em afirmar-se e reafirmar-se na arte inacabada de ser pesquisador.

9. REFERÊNCIAS

CAUME, D. J. **O MST e os assentamentos de reforma agrária: a construção de espaços sociais modelares.** Passo Fundo-RS: Ed. UPF, 2006.

COELHO, F. M. G. **A arte das orientações técnicas no campo: concepções e métodos.** Viçosa: UFV, 2005.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** São Paulo: Cortez, 2005.

GUERREIRO, I. C. Z, *et al.* **Ética nas pesquisas em Ciências Humanas e Sociais na saúde.** São Paulo: HUCITEC, 2008.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio.** Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 1981.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha *et. al.* (Orgs.). **Território, territórios** – ensaios sobre o ordenamento territorial no Brasil. Niterói-RJ: Lamparina, 2007. p. 43-71.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro-RJ: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (Org.). **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão-PR: UNIOESTE, 2004. p. 87-119.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 3 ed., Petrópolis: Vozes, 1992.

LEITE, S. *et. al.* **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura IICA/ NEAD; São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

MEDEIROS, L. S. de. **Reforma agrária no Brasil**. História e atualidade da luta pela terra. 1. ed. São Paulo-SP: Editora Fundação Perseu Abramo (Coleção Brasil Urgente), v. 1, 2003.

_____; LEITE, S. Assentamentos rurais e mudanças locais: uma introdução ao debate. In: MEDEIROS, Leonilde; LEITE, Sérgio (Org.). **Assentamentos rurais, mudança social e dinâmica regional**, Rio de Janeiro-RJ: MAUAD, 2004. p. 17-52.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

OLIVEIRA, A. U. **A geografia das lutas no campo**. 13. ed., São Paulo-SP: Contexto, 2005. (Coleção Repensando a Geografia).

PEREIRA, J. R. Visões mediadoras e o papel dos diagnósticos participativos na organização de assentamentos rurais. **Revista de Administração da UFLA**, v. 03, 2001. 10p.

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo-SP: Editora Brasiliense, 1979.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo-SP: Editora Ática, 1993.

SOUSA, J. M. M de. **Qualidade de vida em assentamentos de reforma agrária**: uma aproximação metodológica. Viçosa: UFV, 2011. 104p. (Relatório Final de Pós-doutoramento).

_____. **Do acampamento ao assentamento**: Uma análise da reforma agrária e qualidade de vida em Sergipe. São Cristovão, UFS,. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia, Universidade Federal de Sergipe, 2009. 368f

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo:** guia prático de DRP. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2006.

WEBER, L. N. D. **Pesquisando a família:** instrumentos para coleta e análise de dados. Curitiba: Juruá, 2009.

WHITAKER, D. C. A. **Sociologia Rural:** questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau: Letras à Margem, 2002.